responsabilidade do Senhor Liorne Branco de Almeida Júnior, com fulcro nos arts. 1º inciso II, 22, inciso I e II, 23 e 27 da Lei Estadual nº 8. 258/2005;

3. condenar o responsável, Senhor Liorne Branco de Almeida Júnior em débito correspondente ao montante de R\$ 1.392.530,24 (um milhão, trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, calculados sobre as parcelas e a partir das datas abaixo discriminadas, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de quinze dias para efetuar e comprovar pagamento perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 27, inciso III, alínea “a”, da Lei Estadual nº 8. 258/2005, c/c o art. 197, inciso III, alínea “a”, e art. 199 do Regimento Interno:

Valores Originais (R\$)	Datas de Ocorrência
696.265,10	30/12/2009
417.759,08	18/07/2011
278.506,06.	28/12/2012

4. aplicar ao responsável, Senhor Liorne Branco de Almeida Júnior a multa no valor de R\$ 69.626,51 (sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), prevista no art. 66 da Lei Estadual nº 8.258/2005, correspondente a 5% do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para efetuar e comprovar perante o Tribunal o seu recolhimento, nos termos do art. 27, inciso III, alínea “a” da Lei Estadual nº 8. 258/2005 c/c art. 197, inciso III, alínea “a” e art. 199 do Regimento Interno); multa que será atualizada, na forma da legislação em vigor, desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento ora fixado;

5. determinar a publicação deste acórdão no Diário Oficial Eletrônico deste Tribunal, para a produção dos efeitos legais, especialmente para o efeito de intimação do Senhor Liorne Branco de Almeida Júnior para efetuar e comprovar o pagamento do débito e multa no prazo de quinze dias, nos termos do art. 199 do Regimento Interno;

6. encaminhar, após o trânsito em julgado, cópia dos autos, deste acórdão e da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCE, à Supervisão de Execução de Acórdãos/Supex-TCE/MA, à Procuradoria-Geral de Justiça, à Procuradoria-Geral de Estado e à Procuradoria-Geral do Município de Alto Alegre do Maranhão/MA, para que tomem conhecimento e adotem, caso assim entendam, as providências legais no âmbito de suas respectivas competências.

7. arquivar neste TCE, peças por meio eletrônico, para os fins de direito, devolvendo-se ao órgão de origem Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA) os autos em papel após a referida digitalização e o trânsito em julgado.

Presentes à Sessão os Conselheiros José de Ribamar Caldas Furtado (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão, Edmar Serra Cutrim (Relator) e Joaquim Washington Luiz de Oliveira, os Conselheiros Substitutos Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, membro do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de dezembro de 2018.

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Presidente

Conselheiro Edmar Serra Cutrim

Relator

Jairo Cavalcanti Vieira

Procurador de Contas

RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 323, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre as comunicações processuais realizadas no âmbito da Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX).

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a possibilidade de regulamentação das comunicações processuais no âmbito dos procedimentos desenvolvidos pela Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), no exercício das suas atribuições previstas na Resolução TCE/MA nº 214, de 30 de abril de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de otimização de recursos materiais e humanos, conferindo prestígio ao

postulado da razoável duração dos processos;

CONSIDERANDO os princípios da celeridade, da economia processual, da publicidade e da transparência;

CONSIDERANDO a tendência legislativa nacional no sentido de criar mecanismos mais ágeis e seguros de comunicação eletrônica de atos processuais, mas precisamente, as disposições contidas na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil) e na Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar as comunicações dos atos processuais relativos aos procedimentos de acompanhamento do cumprimento das decisões deste Tribunal que resultam em débitos e/ou multas, bem como de dotá-los de instrumentos tecnológicos que permitam a efetiva celeridade no processamento da execução das decisões, na forma estabelecida pelo art. 202 da Resolução Administrativa nº 001, de 21 de janeiro de 2000 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão) e art. 32 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão);

CONSIDERANDO o art. 141 da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, que define o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado como órgão de divulgação deste Tribunal;

CONSIDERANDO que dispõe o art. 5º, inc. IX, da Lei Estadual nº 10.977, de 19 de dezembro de 2018, o qual determina que nos casos de cobrança administrativa do crédito tributário da Fazenda Pública, previstos no parágrafo único do art. 3º da Lei Estadual nº 10.574, de 30 de Março de 2017, será assegurado ao contribuinte ou responsável tributário, notificação prévia antes da inclusão nos cadastros restritivos, com prazo mínimo de 10 (dez) dias para pagamento, sob pena de incorrer em abuso de poder.

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a comunicação dos atos processuais relativos aos procedimentos de acompanhamento da execução de decisões e cobrança administrativa de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Art. 2º Após a emissão da certidão de trânsito em julgado das decisões condenatórias proferidas por este Tribunal, que resultarem na determinação de ressarcimento de valor e/ou imposição de multa, a Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para fins de recolhimento da dívida, observará os procedimentos constantes na presente Resolução.

Art. 3º Nas decisões que imputarem débitos aos gestores sob a jurisdição deste Tribunal, no âmbito da Administração Pública Municipal:

I Após processada a extração da Certidão de Débito – Título Executivo, nos termos do art. 32, parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.258/2005 e art. 784, inc. IX, do Código de Processo Civil, a Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX) efetuará a remessa da mesma à autoridade responsável pela cobrança, acompanhada da cópia da decisão condenatória, para viabilizar a correta execução da decisão.

II - Será dirigido expediente à autoridade responsável pela entidade credora para, no prazo de 30 (tinta) dias, a contar do recebimento, informar as providências adotadas para reaver o crédito aos cofres públicos, inclusive com informações sobre o registro, em conta contábil específica, do crédito expresso na Decisão (Título Executivo), devidamente corrigido, e da receita decorrente da restituição efetuada.

III - Expirado o prazo estabelecido no inciso anterior, sem manifestação da autoridade responsável, novo expediente será dirigido à mesma para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente informações sobre as medidas adotadas para efetivo recolhimento dos valores ao erário municipal e/ou sobre eventual quitação da dívida.

§1º Na hipótese da quitação do débito, a autoridade responsável deverá enviar a documentação que comprove o recolhimento dos valores constantes da Decisão (Título Executivo) à Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), para os devidos registros de baixa de responsabilidade.

§2º Verificada a inércia da autoridade responsável pela cobrança da Certidão de Débito – Título Executivo, sem prejuízo de repercussão na apreciação da sua prestação de contas anual, o Ministério Público de Contas, por meio da Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX), encaminhará comunicação ao Ministério Público Estadual, para providências cabíveis.

Art. 4º. Nas decisões que imputarem débitos aos gestores sob a jurisdição deste Tribunal, no âmbito da Administração Pública Estadual, em atenção ao disposto no art. 5º, inc. IX, da Lei Estadual nº 10.977/2018 (Código de Defesa do Contribuinte do Estado do Maranhão), sem prejuízo a intimação de que trata o art. 29 da Lei Estadual nº 8.258/2005 e art. 199 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, a Supervisão de Execução de Acórdãos (SUPEX) notificará o responsável para recolher, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da dívida, sob pena de ter seu nome incluído no Cadastro Estadual de Inadimplentes (CEI) e Declaração de Dívida Não Tributária, nos termos do art. 32, inc. III, da Lei Estadual nº 8.258/2005 e art. 202, inc. III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Art. 5º. Nas decisões que cominarem em multa aos gestores sob a jurisdição deste Tribunal, no âmbito da Administração Pública Estadual ou Municipal, sem prejuízo aos procedimentos adotados para a recuperação do débito, adotar-se-á os procedimentos descritos no artigo anterior.

Art. 6º. As comunicações processuais tratadas na presente Resolução serão realizadas por edital de notificação publicado no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e/ou remessa por correspondência eletrônica.

Parágrafo único. Quando, por motivo técnico ou em caso de previsão específica em lei, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da comunicação processual, esses atos processuais poderão ser praticados por carta registrada, segundo as regras ordinárias constantes no art. 127, §1º, da Lei Estadual nº 8.258/2005.

Art. 7º. Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS (MA), AOS 05 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2020.

Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Presidente em exercício

Pauta da 6ª sessão Ordinária do Pleno

12/02/2020

RELATORIA DE PROCESSO:

- 1 Conselheiro Raimundo Oliveira Filho
- 2 Conselheiro Álvaro César de França Ferreira
- 3 Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- 4 Conselheiro Edmar Serra Cutrim
- 5 Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado
- 6 Conselheiro Joaquim Washington Luiz de Oliveira
- 7 Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa
- 8 Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães
- 9 Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto

1 - Conselheiro Raimundo Oliveira Filho

1 - PROCESSO: 3310 / 2010

NATUREZA: Prestação de Contas Anual de Governo

ESPÉCIE: Prestação de Contas Anual do Prefeito

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2009

ENTIDADE: GABINETE DO PREFEITO DE TUTÓIA

RESPONSÁVEIS: Raimundo Nonato Abraao Baquil (179.105.603-20).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Não há.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: SUSPENSO JULGAMENTO NA SESSÃO DE 29/01/2020.

2 - PROCESSO: 3254 / 2012

NATUREZA: Prestação de Contas Anual de Gestores

ESPÉCIE: Tomada de Contas dos Gestores da Administração Direta

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2011

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ

RESPONSÁVEIS: Jose Rolim Filho (095.565.913-20).

PARTE:

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS): Advogado: ANTONIO GONCALVES MARQUES FILHO - OAB-6527/MA;

Advogado: SERGIO EDUARDO DE MATOS CHAVES - OAB-7405/MA;

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS: Jairo Cavalcanti Vieira

OBSERVAÇÃO: -

3 - PROCESSO: 3260 / 2012

NATUREZA: Prestação de Contas Anual de Gestores

ESPÉCIE: Tomada de Contas dos Gestores dos Fundos Municipais